



## XIII JORNADA DO TRABALHO.

"A IRREFORMABILIDADE DO CAPITAL E OS CONFLITOS TERRITORIAIS NO LIMIAR DO SÉCULO XXI. OS NOVOS DESAFIOS DA GEOGRAFIA DO TRABALHO"

Pres. Prudente/SP, 09 a 12 de outubro de 2012



Co-realização  
CEREST - P. Prudente/SP

ISSN - 978-85-60711-19-2

# A DISPUTA PELO TERRITÓRIO: AGRICULTURA CAMPONESA *VERSUS* AGRONEGÓCIO NOS ASSENTAMENTOS DO CENTRO-SUL PARANAENSE

Djoni Roos<sup>1</sup>

Doutorando em Geografia

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente/SP – FCT/UNESP

e-mail: djoni\_roos@yahoo.com.br

**Resumo:** Por meio dos movimentos os camponeses enfrentam o agronegócio com ações de ocupações de terras, manifestações e uma proposta de produção camponesa. O MST, por exemplo, propõem a organização da produção no meio rural priorizando a produção de alimentos em bases agroecológicas e o rompimento com a monocultura. Neste sentido, este trabalho aponta para a conflitualidade existente entre agronegócio e campesinato, desde aquelas geradas no processo de conquista da terra, até as disputas estabelecidas no interior dos assentamentos rurais. Estão sendo estudados os conflitos existentes entre camponeses e agronegócio no Centro-Sul do Paraná, com enfoque nas disputas territoriais e contradições manifestadas nos assentamentos Celso Furtado no município de Quedas do Iguaçu, Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu.

**Palavras – chave:** Campesinato, Agronegócio, Assentamentos, Disputas Territoriais, Centro-Sul Paranaense.

## Introdução

Na compreensão da questão agrária brasileira é central a análise do enfrentamento entre campesinato e as formas de manifestação do capitalismo no campo, sejam elas consideradas produtivas (agronegócio), ou de caráter especulativo e rentista (latifúndio). Na conflitualidade entre camponeses e o agronegócio verifica-se um conjunto de ações assentadas no território que se erguem como parte das estratégias de existência, resistência e expansão de ambos os modelos de desenvolvimento.

O objetivo central deste trabalho é apontar e discutir as conflitualidades entre agronegócio e campesinato, desde aquelas geradas para a conquista da terra, até as

---

<sup>1</sup> Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA – FCT/UNESP e do Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade – GEOLUTAS – UNIOESTE/Mal. C. Rondon. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.



disputas territoriais travadas entre estes dois modelos no interior dos assentamentos rurais.

Para tanto, pontuar-se-á os enfrentamentos entre agronegócio e campesinato engendrados no Centro-Sul do Paraná. As lutas camponesas nesta região conquistaram partes do território antes pertencentes ao agronegócio, resultando na formação de diversos assentamentos, dentre eles, os assentamentos Celso Furtado (1.089 famílias) no município de Quedas do Iguaçu, Ireno Alves dos Santos (900 famílias) e Marcos Freire (604 famílias) em Rio Bonito do Iguaçu.

A metodologia utilizada na pesquisa centra-se no levantamento de bibliografias relacionadas aos conflitos entre agronegócio e campesinato, coleta de dados primários através de investigações a campo nos assentamentos e no Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), levantamentos de informações em documentos, cartilhas, site, jornais, livros, revistas e documentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Via Campesina, além de anotações das observações realizadas nos trabalhos de campo.

### **Agricultura camponesa *versus* agronegócio**

As recentes transformações do campo brasileiro deram surgimento à agricultura altamente mecanizada, com elevados investimentos em agroquímicos para a produção de mercadorias, conseqüentemente, fortalecendo a agricultura de negócio. Este modelo agrícola, denominado agronegócio é a expressão da expansão capitalista no campo apropriando-se cada vez mais das terras do latifúndio, considerado uma irracionalidade dentro do sistema capitalista devido sua lógica rentista.

O agronegócio possui uma estrutura complexa que compreende a integração entre agricultura, indústria, conhecimentos e comercialização direta da produção, principalmente para a exportação. Este sistema possibilitou a concentração de terras nas mãos de grandes empresas nacionais e transnacionais que atuam em diversos setores da economia.

Com a territorialização do agronegócio, as grandes propriedades rurais, avaliadas até pouco tempo como improdutivas e atrasadas economicamente,



consideradas latifúndios, passaram a receber investimentos em infraestrutura para a produção de commodities e, então, foram denominadas de empresas rurais, altamente mecanizadas e produtivas sendo responsáveis pelo aumento da produção agrícola do país.

A concepção de desenvolvimento do campo brasileiro, assentado na expansão do agronegócio, se sobrepôs ao projeto de desenvolvimento assentado na agricultura camponesa. Pesquisadores como Graziano Neto (1994), por exemplo, entenderam que não havia mais a necessidade de realização da reforma agrária para o desenvolvimento do Brasil, pois além de não existir mais latifúndios, as grandes propriedades seriam mais eficientes economicamente do que as pequenas. Neste sentido, estaria dispensada a realização da reforma agrária e mudanças na estrutura fundiária do país.

De acordo com as filiações ideológicas e políticas à que estão vinculados, os estudiosos do campo brasileiro têm adotado diferentes posições sobre o agronegócio. Os pesquisadores atrelados ao desenvolvimento do capitalismo tem exaltado a participação do agronegócio na economia brasileira. Vieira Filho (2010), por exemplo, afirma que toda a organização produtiva do agronegócio pode chegar à 45% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e que o setor é importante propulsor de inovações tecnológicas e conhecimentos, sendo mais inovador que outros setores da economia.

Outro pesquisador que aponta as benesses do agronegócio para o Brasil é Barros (2006). Para ele, a partir de 1989 o agronegócio foi o grande responsável por um aumento de 68% da produção agrícola do país, elevando a disponibilidade de alimentos para a população. Portanto, os benefícios proporcionados pelo agronegócio, em três décadas, à sociedade brasileira são bem palpáveis: produção mais elevada, queda drástica nos preços e geração de alto volume de divisas para o país. Além disso, o agronegócio tem melhorado o nível da distribuição da renda através da redução dos preços dos produtos agrícolas (BARROS, 2010).

Se o agronegócio é entendido por alguns estudiosos como uma via de desenvolvimento para o país, outros pesquisadores têm contestado esta afirmação. Almeida (2008), por exemplo, assevera que o agronegócio é caracterizado pela



violência, exploração abusiva do trabalho, consumo de dinheiro público, lucro e apropriação da renda da terra.

Esse modelo comandado pela agricultura capitalista tem expulsado o campesinato, territorializando grandes proprietários fundiários e empresas rurais orientadas para a produção de monoculturas destinadas a exportação em oposição à demanda por alimentos. Destarte, a miséria, pobreza, violência, expulsão dos camponeses do campo, degradação ambiental e o fim da diversidade agrícola são consequências do agronegócio. É preciso destacar ainda que este modelo nega a gravidade da concentração da terra e ignora a manutenção do rentismo fundiário.

O agronegócio possui assim, muitas semelhanças com o latifúndio. Ambos reproduzem relações típicas da acumulação primitiva do capital como trabalhos análogos a escravidão, peonagem, superexploração do trabalho dentre outras formas degradantes da vida humana, além de serem insustentáveis economicamente sobrevivendo à custa de intervenções do Estado (FABRINI, 2008). Nesse entendimento, o agronegócio não promoveu transformações nas relações no campo, continuando a gerar violência, opressão, exploração e expulsão de camponeses, semelhante ao latifúndio.

Os camponeses e suas organizações também contestam o discurso hegemônico favorável ao agronegócio. Via Campesina, MST e outras organizações do campo elaboraram documentos afirmando que o agronegócio se pauta na financeirização e acumulação de capital, no uso intensivo de agrotóxicos e sementes transgênicas e na produção de monoculturas destinadas a exportação, gerando desemprego, concentração da terra, danos ao meio ambiente, exploração dos camponeses através do domínio da produção, circulação e comércio, provocando, sobretudo, a exclusão do campesinato e a violência no campo. (MST, 2009; VIA CAMPESINA, 2010, 2012).

Os movimentos camponeses ao rejeitarem o modelo de agricultura imposto pelo agronegócio têm se constituído como protagonistas na recriação e na garantia de existência do campesinato. Dentre as diferentes formas, pelas quais os camponeses organizados nos movimentos têm resistido se destacam as ocupações de terra e acampamentos, que em diversas situações, resultaram na conquista dos assentamentos



rurais. Deste modo, as lutas travadas para retornar e permanecer na terra são centrais na compreensão do campesinato.

Entretanto, as contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo, nas quais o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção também precisam ser analisadas nos estudos do campesinato (OLIVEIRA, 1987, 1996). Destarte, encontrar-se-á agricultura brasileira assentada, de um lado, em relações especificamente capitalistas, trabalho assalariado, mecanização, alta tecnologia, e de outro, baseada na articulação de formas não-capitalistas de produção, como o trabalho familiar, por exemplo.

Há momentos em que o capital abre lacunas e lança mão da produção camponesa para que possa acumular, subjugando a renda da terra (OLIVEIRA, 1987). Este é o caso, da produção avícola, realizada em sua maioria por famílias camponesas. Portanto, uma das vias de existência do campesinato é garantida pelo próprio capitalismo, pelas contradições engendradas no seu processo de desenvolvimento. Deste modo, se o capital expropria o camponês num determinado lugar, abre a possibilidade para sua reprodução em outro, para que assim possa continuar a subjugar a renda da terra camponesa.

Todavia, é preciso considerar que nem sempre é o capital quem abre a possibilidade de recriação camponesa. Não se trata de um determinismo do sistema capitalista que ao se reproduzir, reproduz relações não-capitalistas. As fissuras abertas pelo capital para a reprodução do campesinato são muito menores e lentas do que a sua expropriação. Os camponeses não têm esperado pelas lacunas proporcionadas pelo desenvolvimento do capitalismo.

Através da organização, luta e resistência nos movimentos os camponeses têm conquistado partes do território. O estado do Paraná tem sido marcado por diferentes lutas camponesas, dentre as quais se destacam as ocupações de terra realizadas pelo MST. Segundo informações do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), o MST realizou no estado do Paraná entre 2000 à 2010, 183 ocupações de terra, mobilizando 32.709 famílias neste período. Exemplo das lutas camponesas no Paraná é aquela realizada na mesorregião Centro-Sul do Estado, na qual se encontram 104 assentamentos rurais com cerca de 7.300 famílias (INCRA, 2009).

## Os assentamentos rurais do centro-sul paranaense e as disputas territoriais

A luta e organização dos camponeses no MST no Centro-Sul paranaense resultaram em várias conquistas, dentre elas, os três maiores assentamentos do estado: Celso Furtado em Quedas do Iguaçu (1089 famílias), Ireno Alves dos Santos (900 famílias) e Marcos Freire (604 famílias) em Rio Bonito do Iguaçu.

Os referidos assentamentos foram conquistados a partir da ocupação da Fazenda Araupel com aproximadamente 85.000 hectares. Evidenciam-se neste caso, as disputas entre territórios distintos: campesinato e agronegócio. O território do campesinato e do agronegócio são distintos, possuem relações sociais diferentes e modelos divergentes, estando em constante disputa para a territorialização de suas relações (FERNANDES, 2008).

A formação da Fazenda da empresa Araupel ocorreu em 1972, quando dois grupos do ramo madeireiro, a Madeireira Giacomet S.A. e a Marodin Exportação S.A. se uniram, formando a Giacomet-Marodin Indústria de Madeiras S.A. O objetivo da nova empresa era aquisição de terras no Centro-Sul do Paraná, como foi o caso das fazendas Pinhal Ralo, Rio das Cobras e Campo Novo, formando uma área com cerca de 85.000 ha, que abrangia cinco municípios paranaenses: Quedas do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Rio Bonito do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras. Em 1997 a Giacomet-Marodin mudou sua denominação para Araupel S.A.

**Figura 1 – Fazenda Giacomet-Marodin/Araupel.**



Fonte: [www.araupel.com.br](http://www.araupel.com.br). Org.: ROOS, 2010.



O histórico das lutas pela terra nas áreas da Araupel remonta ao final da década de 1970, quando camponeses posseiros, expulsos das suas terras em anos anteriores (pela empresa), montaram acampamentos nas suas antigas posses e foram “despejados” pelos seguranças da empresa.

Em 1996, os camponeses voltaram a lutar contra a Fazenda Araupel. Organizados no MST, cerca de 12.000 camponeses ocuparam parte da Fazenda Araupel, localizada no município de Rio Bonito do Iguaçu. O resultado desta ocupação foi a criação, em 1997, de dois assentamentos: Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire.

No ano de 1999 os camponeses retomaram os esforços para a conquista da fazenda Araupel, quando, organizados no MST ocuparam o local conhecido como “Bacia”, um setor da Fazenda Araupel no município de Quedas do Iguaçu. Desta ocupação resultou a conquista do Assentamento Celso Furtado.

Este trabalho busca apresentar e debater o conflito de projetos existentes na mesorregião Centro-Sul do Paraná, enfocando de um lado, o agronegócio representado, principalmente, pela empresa Araupel e de outro, os camponeses que através da luta conquistaram os três assentamentos rurais mencionados anteriormente. Os assentamentos se constituem em conquista de partes do território do agronegócio e negam a concentração fundiária existente na região, apontando para a construção de um caminho diferente para o campo paranaense e brasileiro.

Entretanto, as disputas territoriais entre campesinato e agronegócio não terminam com a criação dos assentamentos rurais, nesse sentido, aponta-se também para a conflitualidade entre campesinato e agronegócio existente após a conquista da terra. Nesta perspectiva é importante ressaltar a participação dos movimentos camponeses, com destaque para o MST, que tem proposto alternativas à agricultura convencional como a agroecologia, por exemplo.

O estabelecimento de processos que visem à passagem para a produção agroecológica nos assentamentos tem sido incentivado pelo MST como forma de construir sistemas produtivos saudáveis, sustentáveis, que garantam a soberania alimentar, conservação ambiental e a fuga dos esquemas mercadológicos dos “pacotes tecnológicos” oferecidos por empresas nacionais e multinacionais na produção convencional (MST, 2011).



O apoio do MST e de outras entidades à produção agroecológica tem trazido novas técnicas (produção de fertilizantes e inseticidas artesanais), contribuído na recuperação de algumas práticas que estavam se perdendo entre os camponeses (reprodução de sementes de variadas espécies de milho, feijão, etc.) e difundido atividades como feiras, jornadas e eventos sobre a agroecologia.

Nos assentamentos em questão (Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Celso Furtado), a transição para a agricultura agroecológica tem sido fomentada por dois caminhos: pelos cursos técnicos de nível médio na área de agroecologia promovidos pelo CEAGRO, localizado no assentamento Ireno Alves dos Santos e através da formação de associações para produção de alimentos orgânicos. No assentamento Celso Furtado, por exemplo, existem três associações: Associação de Orgânicos Convivendo com a Natureza do Palmital (AOCANP), Associação de Produtores Orgânicos Celso Furtado (APROCEF), e a Associação de Produtores Orgânicos Investida Ecológica (APOIÊ).

A produção orgânica como impulso à agricultura agroecológica estabelece-se, portanto, como uma forma de enfrentamento aos esquemas engendrados pelo modelo agrícola do agronegócio. Nesse processo, a presença dos movimentos na organização da proposta agroecológica é fundamental para a resistência do campesinato. O MST assume papel de destaque difundindo entre os assentados em questão, a diversificação da produção como garantia da soberania alimentar dos camponeses e da sociedade em geral, se contrapondo ao modelo da agricultura empresarial que prima pela especialização em monoculturas proposta pelo agronegócio.

Nos assentamentos Celso Furtado, Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, o MST tem construído ainda a política de Educação do Campo, reivindicando a construção de escolas nos assentamentos voltadas a valorizar o modo de vida camponês. Considera-se o estabelecimento da Educação do Campo como elemento de resistência e de domínio do território utilizado pelos movimentos camponeses frente ao agronegócio.

Nos assentamentos estudados o MST tem se destacado também no dimensionamento político da luta dos camponeses. No Movimento os assentados têm articulado manifestações contra diversos problemas que os atingem, realizando lutas por crédito agrícola, custeio, habitação, assistência técnica, etc., e participado de cursos,



palestras, debates, dentre outras atividades que contribuem para a formação de uma consciência crítica de negação ao agronegócio.

Além da atuação do MST é preciso ressaltar a importância do modo de vida camponês no enfrentamento à agricultura capitalista. Nos assentamentos rurais há o fortalecimento de um conjunto de práticas camponesas assentadas no território que se edificam como negação ao domínio capitalista (FABRINI, 2010). Nos assentamentos em questão, o domínio e posse da terra, as relações tradicionais, culturais, econômicas e políticas cultivadas à séculos pelo campesinato se desdobram na construção do território camponês e se arquitetam enquanto resistências. São exemplares, os costumes, crenças, tradições, trabalho familiar e relações de reciprocidade com parentes e vizinhos permeadas por uma “ordem moral”, que se potencializam enquanto enfrentamento ao agronegócio.

Ao verificar o desenvolvimento de práticas agrícolas diferenciadas, alternativas, que visam negar os esquemas da agricultura convencional, consideram-se os assentamentos em estudo, como heterogêneos. Existem entre os assentados em questão, àqueles que seguem o modelo de agricultura do agronegócio com intensa utilização de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas para produção de soja, cultivo e manejo de madeira e arrendamento de terras.

O arrendamento de terras visualizado no Celso Furtado demonstra a existência contraditória e conflituosa entre o modelo camponês e o do agronegócio no interior dos assentamentos em questão. Existem camponeses no assentamento, que arrendam seus lotes para agricultores não assentados, os quais, através do pagamento de renda utilizam as terras, principalmente, para o cultivo de soja e milho. Ainda no Celso Furtado, há entre os assentados àqueles que se dedicam ao monocultivo da madeira, principalmente o *Pinus Taeda*, vendendo a sua produção para a Araúpel e serrarias da região.

Os exemplos descritos permitem interpretar que o assentamento é um território em disputa, no qual se manifestam as contradições da luta pela terra e se estabelece o conflito entre a resistência camponesa e a exploração capitalista do território camponês. Portanto, as disputas territoriais entre campesinato e agronegócio não terminam com a conquista da terra. Tanto o monocultivo do *Pinus* pelos assentados,



quanto o arrendamento das terras e a utilização para a agricultura convencional indicam a territorialidade da agricultura capitalista (agronegócio) e a sujeição da renda camponesa nos assentamentos estudados.

### Considerações finais

A questão agrária do Centro-Sul paranaense, principalmente, dos assentamentos rurais relacionados é complexa e suscita questionamentos. Elencamos algumas questões a fim de refletir e dialogar sobre a realidade elucidada: 1) Com a criação dos assentamentos Celso Furtado, Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, a Araupel perdeu o domínio de parte de seu território no Centro-Sul, mas será que outras expressões do agronegócio também perderam força nesta mesorregião? Ou será que há outras formas do agronegócio que avançaram na mesorregião, inclusive nos assentamentos? 2) Como o agronegócio monopoliza o território ou se territorializa nos assentamentos rurais do Centro-Sul do Paraná? 3) Porque ocorre a territorialidade do capital no território camponês e quais as implicações deste processo?

Nos assentamentos em estudo se reproduzem disputas, enfrentamentos e resistências entre o território camponês e do agronegócio que pedem interpretação. Compreender a questão agrária no Centro-Sul paranaense passa, portanto, pelo entendimento das contradições e conflitualidades existentes nas disputas territoriais entre campesinato e agronegócio, antes e após a conquista da terra.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire A. de. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses *versus* agronegócio. In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 303-325.

BARROS, Geraldo S. de C. **Agronegócio brasileiro: perspectivas, desafios e uma agenda para seu desenvolvimento**. Piracicaba, SP: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, CEPEA. 2006.

\_\_\_\_\_. Política agrícola no Brasil: subsídios e investimentos. In: GASQUES, José G.; VIEIRA FILHO, José E. R.; NAVARRO Zander (Orgs). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 237-258.



DATALUTA. Presidente Prudente: NERA, 2006-.

FABRINI, João E. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação do capital. *In: Revista Pegada*. CEGE T, Presidente Prudente-SP. Vol. 09. Nº 01. 2008. p. 34-62.

\_\_\_\_\_. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. *In: SAQUET, Marcos A. e SANTOS, Roseli A. dos (orgs.). Geografia agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010. p. 55-88.

FERNANDES, Bernardo M. Entrando nos territórios do território. *In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (orgs.) Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008a. p. 273-301.

GRAZIANO NETO, Francisco. Recolocando a questão agrária: plano de reforma agrária como fruto de uma análise equivocada. *In: A questão agrária hoje*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório dos assentamentos rurais paranaenses**. Curitiba, 2009. 20 p.

MST. **Por um projeto de reforma agrária popular**. 2009b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/6714>>. Acesso em: 10 de julho de 2011.

\_\_\_\_\_. **Jornada de agroecologia: reforma agrária garantirá soberania alimentar**. 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/12074>>. Acesso em: 20 de julho de 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2ª ed. São Paulo, SP: Ática, 1987. 88p.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 1996. 164p.

ROOS, Djoni. **O aprendizado e resistência camponesa nos acampamentos e assentamentos de Sem-Terra em Quedas do Iguaçu/PR**. 2010. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

VIA CAMPESINA. **Plataforma política para a agricultura brasileira**. 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Via-Campesina-apresenta-plataforma-para-agricultura>>. Acesso em: 04 de maio de 2011.

\_\_\_\_\_. **Manifesto das organizações sociais do campo**. 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Camponeses-lancam-manifesto-pela-Reforma-Agraria-apos-encontro-historico>>. Acesso em: 01 de março de 2012.

VIEIRA FILHO, José E. R. Trajetória tecnológica e aprendizado no setor agropecuário. *In: GASQUES, José G.; VIEIRA FILHO, José E. R.; NAVARRO Zander (Orgs.) A*



## XIII JORNADA DO TRABALHO.

"A IRREFORMABILIDADE DO CAPITAL E OS  
CONFLITOS TERRITORIAIS NO LIMIAR DO SÉCULO XXI.  
OS NOVOS DESAFIOS DA GEOGRAFIA DO TRABALHO"

Pres. Prudente/SP, 09 a 12 de outubro de 2012

ISSN - 978-85-60711-19-2



Co-realização  
CEREST - P. Prudente/SP

**agricultura brasileira:** desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, DF: IPEA, 2010.  
p. 67-96.